



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 1.320, DE 2001

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

RELATOR: Senador LÚCIO ALCÂNTARA

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa que tem como objetivo promover alteração no Texto Constitucional para redefinir a titularidade das águas subterrâneas. Para tanto, são alteradas as redações do inciso III do art. 20, que trata dos bens da União, e do inciso I do art. 26, que cuida dos bens dos estados.

Pela primeira alteração, o inciso III do art. 20 – que hoje considera bens da União, *os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais* – é alterado para dispor que constituem bens da União *os lagos, rios e quaisquer correntes de água, superficiais ou subterrâneas, inclusive os aquíferos, em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais*”.

É também promovida alteração no inciso I do art. 26, que dispõe sobre os bens dos Estados, *as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, nesse caso, na forma da lei,*

as decorrentes de obras da União, para acrescer a expressão circunscritas ao seu território.

Na justificação, os autores da proposta se reportam a generalizada preocupação de que têm sido objeto os recursos hídricos, seja pelo risco de sua escassez para o consumo, seja pela poluição que recebem, que tem levado o problema às manchetes de jornais e à agenda das autoridades públicas. E informam que, não por acaso, nos últimos quatro anos foram editadas duas leis sobre o tema: a Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Lei nº 9.984, de 2000.

A despeito de todos esses progressos, dizem os autores, “remanescem dúvidas quanto à titularidade das águas subterrâneas em face do texto constitucional”. Embora seja admissível a exegese segundo a qual decorre do Texto Constitucional que ora se emenda que as águas subterrâneas pertencem a União, tal entendimento não é pacífico, sobretudo quando se defronta com o silêncio constitucional relativamente à inclusão das águas subterrâneas no rol dos bens da União e com a expressa menção a essas águas no que se refere aos bens dos Estados.

Assim, a emenda ora sob exame sanaria a dúvida jurídica, em benefício da clareza do Texto Constitucional e, portanto, do melhor tratamento que o Estado e a sociedade brasileira devem conferir à matéria.

II – VOTO

Nada há que possa obstar, do ponto de vista da constitucionalidade formal, o livre exame desta proposição pelo Congresso Nacional. A Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, é de autoria de 29 senhoras e senhores senadores, número superior ao que a Constituição requer. Ao lado disso, inexistente qualquer situação que possa implicar vedação à reforma da Constituição quanto às chamadas vedações de natureza circunstancial. Com efeito, não há intervenção federal, nem o Presidente da República decretou Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

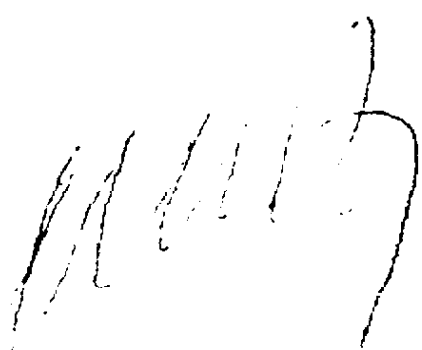
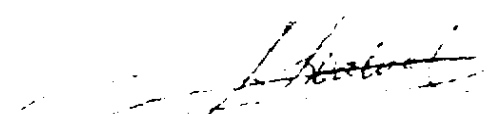

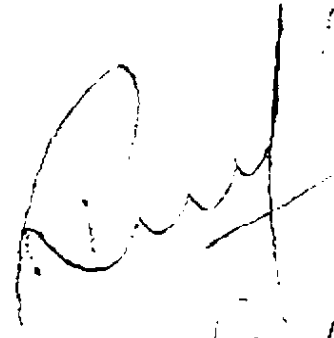

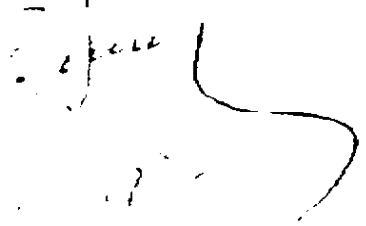
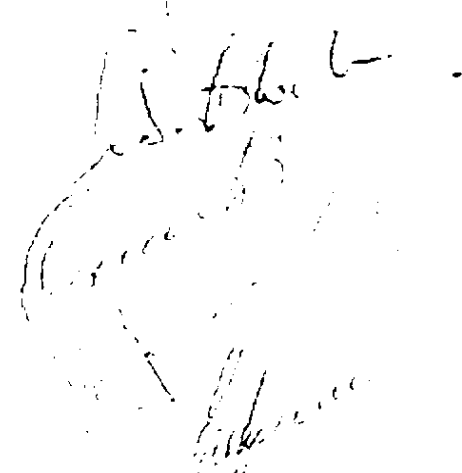
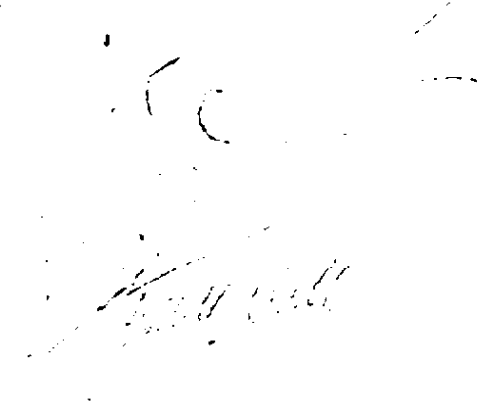
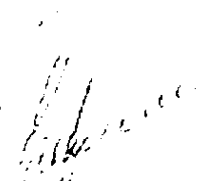

Materialmente, parece-nos que a proposição, além de passar ao largo das vedações materiais à reforma constitucional a que se refere o § 4º do art. 60 da própria Constituição – forma federativa do Estado, natureza do voto, separação dos poderes e direitos individuais –, logra efetivamente o intento de conferir maior clareza e precisão técnica ao Texto Constitucional.

A sua aprovação significará definição inequívoca do legislador constituinte derivado no sentido de que as águas superficiais ou subterrâneas,

inclusive os aquíferos - depósitos subterrâneos de água -, quando banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias pluviais, constituam bens da União.

Por tais motivos, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2001.

  , Presidente
 , Relator








SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2000

ASSINAM O PARECER, EM REUNIÃO ORDINÁRIA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2001, OS SENHORES SENADORES:

01 – Bernardo Cabral - PRESIDENTE

02 – Lúcio Alcântara - RELATOR

03 – Antônio Carlos Júnior

04 – Romero Jucá

05 – José Agripino

06 – Ricardo Santos

07 – Sebastião Rocha

08 – Maria do Carmo Alves

09 – José Eduardo Dutra

10 – Romeu Tuma

11 – Marluce Pinto

12 – Íris Rezende

13 – Osmar Dias

**LEGISLAÇÃO CITADA NO PARECER
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Constituição da República Federativa do Brasil 1988**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

**§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir
I - a forma federativa de Estado.**

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000.

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e das outras providências.

Estrutura Regimental (ANA);
Mensagem de Veto nº 966